

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XIX



COIMBRA/1981

Um conspecto geral da vida dos prisioneiros poderá obter-se pela leitura de documentos finais de síntese : a carta de despedida do Comité Portugais de Lausanne (pp. 105-109), o relatório apresentado ao plenário para dissolução da Comissão de Assistência (pp. 136-143) e o Relatório de prestação de Contas (pp. 155-160).

Mas para apreciar os episódios, ora desoladores ora facetos, do dia a dia do campo, é necessário percorrer todo o relato. Aliás, em certos passos, é-nos dado aperceber-nos do ambiente geral que se respirava em Portugal durante os últimos meses da guerra até após o assassinio de Sidónio Pais e sobretudo na Alemanha, quando, nas vésperas da capitulação, comités revolucionários de soldados e operários dominaram a vida pública e aparentemente decidiam sobre campos de prisioneiros, libertação e transportes.

Para além do interesse histórico, também o linguista tem muito que observar nestes documentos: em alguns deles o português está profundamente mesclado com o francês e até o alemão. O livro é ilustrado com três fotografias. Livro de História e livros de dedicação: — do dr. Lourinho pelos seus companheiros; e dos familiares (editores póstumos) pelo dr. Manuel H. Lourinho.

JOSÉ GERALDES FREIRE

BAUDILIO BARREIRO — *La Jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, Sociedad y Economía*. 2.^a edição, Santiago de Compostela, 1978. Departamento de Historia Moderna de la Universidad de Santiago. XI + 698 pp.

Até fins da década de 60 do presente século eram mal conhecidos os aspectos demográficos e rurais da Galiza do Antigo Regime, que frequentemente se tornavam objecto de escritos superficiais e generalizações apressadas. Sentindo as graves carências existentes, o titular da cátedra de História Moderna da Universidade de Santiago de Compostela, Prof. Antonio Eiras Roei, lançou, a partir de 1968-69, um projecto de estudos regionais realizados em profundidade, sobre áreas limitadas, bem caracterizadas do ponto de vista geográfico e humano.

Com as convenientes adaptações, foram aplicados à Galiza os modelos da metodologia francesa nos domínios da demografia histórica e da história rural e o próprio Prof. Eiras Roei publicou vários trabalhos de grande interesse metodológico, que contribuíram para orientar dissertações de licenciatura e doutoramento (*).

O livro de Baudilio Barreiro, sobre a zona de Xallas no século xvm (abrangendo as últimas décadas do xvn e alongando-se até aos inícios do xix), é precisamente a primeira tese doutoral apresentada no Departamento de História Moderna de Santiago. Discutida e impressa em 1973, numa pequena tiragem que em breve se esgotou, veio a ser reeditada em 1978, para corresponder aos frequentes pedidos, de Espanha e do estrangeiro, o que desde logo é prova do interesse suscitado.

Baseando-se em vastas e profundas investigações de arquivo e em moderna bibliografia (sobretudo espanhola e francesa), o A. elaborou uma obra que, sob vários aspectos, tem sido considerada pioneira em Espanha, designadamente ao associar a demografia histórica e a história rural.

Após uma breve introdução geográfica, destinada a situar e caracterizar as terras de Xallas, entramos no estudo da população, vista, antes de mais, no plano quantitativo. As fontes documentais deste primeiro capítulo são muito variadas, permitindo diferentes formas de controle dos dados e focagens diversas, num aproveitamento feito com rigoroso espírito crítico.

O valor dos censos oficiais é cuidadosamente ponderado, desde o *Vecindario* de 1708 e o *Padrón Calle-Hita* do mesmo ano até ao censo de Floridablanca (1787), passando por outras fontes do mesmo género e pelo célebre *Catastro* de Ensenada e seus *Libros de Comprobaciones*. A rejeição dos números fornecidos pelos *vecindarios* de 1711 e 1717 (que implicariam enormes quebras populacionais em relação a 1708) pode ser confirmada pelos registos paroquiais. Estes, por sua vez, vão permitir organizar os quadros e gráficos de baptizados, casamentos e óbitos e analisar por períodos a dinâmica da população. Outras fontes de origem eclesiástica, como as contagens de vizinhos realizadas

(*) Outro historiador espanhol, J. M. Jover Zamora, pôde referir-se, há poucos anos, à «entusiasta conversión de Antonio Eiras a la historia cuantitativa» (*Corrientes historiográficas en la España contemporánea*, in *Once ensayos sobre la Historia*, Madrid, 1976, p. 242).

pelo clero paroquial em 1723 e 1741, além dos livros de confrarias de inscrição obrigatória, tornam possível confirmar ou controlar muitos dados.

Do estudo do número dos homens passa-se ao da estrutura interna da população e portanto ao dos problemas relacionados com a nupcialidade, natalidade, fecundidade e mortalidade. Dedicar-se especial atenção às crises demográficas, cujas características se procuram determinar, evitando confundi-las com simples sacudidelas sazonais, e tendo em conta as suas causas (questões de subsistências, epidemias) e as consequências reflectidas nas taxas de mortalidade, casamentos e concepções.

Em íntima ligação com estas dificuldades (mas não só) encontra-se um fenómeno bem conhecido da história galega moderna e contemporânea, a emigração, que em Xallas tem carácter esporádico antes do século xviii e se torna vulgar neste período, sobretudo a partir de 1740, agravada depois pela grande crise de 1768-69. Do conjunto de elementos estudados concluiu o A. que a percentagem mínima de emigrantes ascendia a 18% dos homens solteiros, dirigindo-se os fluxos migratórios a Portugal, com larga preferência (86%), e a Castela (14%). São bem conhecidas as causas económico-sociais desta situação e a elas se refere B. Barreiro, não só nas páginas em que trata especificamente do assunto (pp. 249-255), mas, de um modo geral, ao longo de toda a obra, dada a sua influência em numerosos aspectos da vida regional (2).

Esta problemática facilita a transição para o mundo da economia. Em relação à Galiza «eminentemente agrícola» do século xviii, é natural que o seu estudo comece pela agricultura, caracterizada por um sistema estrutural de lentas mudanças, que em muitos aspectos se prolongou até ao nosso tempo. Daí uma focagem inicial em «câmara parada», como diz o A. Dado que é para o decénio de 1750-1761, precisamente a meio do século, que se dispõe de documentação mais abundante e fidedigna, entende B. Barreiro que uma análise profunda da sua realidade nos deve proporcionar as grandes linhas estruturais, cujos fios

(2) Cfr. A. Meijide Pardo, *La emigración gallega intrapeninsular en el siglo XVIII*, Madrid, 1960; J. García-Lombardero, *La Agricultura y el estancamiento económico de Galicia en la España del Antiguo Régimen*, Madrid, 1973. As páginas de Meijide Pardo sobre a emigração galega para Portugal deveriam ser completadas e aprofundadas por investigações nas fontes impressas e manuscritas do nosso País.

depois se poderão seguir em duas direcções opostas: o século xvn e a época contemporânea.

A partir do cadastro de Ensenada, dos livros de *comprobaciones* do mesmo e de fontes de outras origens é possível conhecer, com relativa segurança, as superfícies cultivadas e incultas, a classificação das terras lavradas conforme a sua qualidade, as rotações de culturas e os adubos utilizados. Algumas dificuldades levanta o problema da existência do pousio, dadas as informações confusas dos textos, sendo no entanto possível concluir «que não havia pousio sistemático em Xallas, mas só pousio curto», com duração de alguns meses, até ao início do novo ciclo agrário ⁽³⁾.

Um ponto fundamental é, evidentemente, o dos rendimentos, que o A. procura determinar para cada um dos cereais produzidos na região, entre os quais ocupam lugar de relevo o trigo, o centeio e o milho grosso. Nesta perspectiva, compreende-se a importância atribuída às séries de dízimos, que permitem medir rendas eclesiásticas, as flutuações da conjuntura e o produto bruto agrícola, embora este último aspecto seja sempre «o menos seguro na informação do dízimo e do qual deve usar-se com a máxima cautela», tendo em conta os cuidados metodológicos recomendados pelos especialistas ⁽⁴⁾. O A. faz um estudo minucioso dos dízimos, sua natureza, destinatários, matéria dízimável, sua cobrança por arrendamento (com os problemas daí resultantes) e relações com a produção agrícola.

A evolução desta, na longa duração e nos movimentos cíclicos, é depois analisada, dando-nos a impressão de «caminhar ao contrário do processo geral». O movimento de longa duração arranca decididamente na década de 1690 e perde terreno a partir de 1737. «A explicação do arranque antecipado da demografia e da produção parece estar na introdução do mais...» Tendo entrado na Galiza, segundo geralmente se escreve (sem prova documental manifesta), durante o século xvi, há que reconhecer, com o A., que uma coisa é o simples

⁽³⁾ Também merece atenção o processo chamado de cultivo de «roças», que «no século xvm tinha notável importância» e consistia no arroteamento temporário de zonas de «monte», normalmente cobertas de matos.

⁽⁴⁾ Ver os trabalhos publicados sob a direcção de J. Goy e E. Le Roy Ladurie, *Les fluctuations du produit de la dîme*, Paris, 1972, e nas *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. III, Santiago de Compostela, 1975, pp. 51-152.

conhecimento da planta e outra bem diferente «o seu papel de revulsivo económico», afinal o que mais interessa ao historiador. Conhecido em Xallas pelo menos desde 1652, já nos fins do século xvn o milho grosso se tinha convertido «em elemento indispensável no regime alimentício», com uma percentagem relativa entre 40 e 50 % ⁽⁵⁾.

Se a produção agrícola tem em Xallas um carácter expansivo na primeira metade do século xvm, graças ao mais e à procura de uma população repelida pelas áreas de mercado em crise, a segunda metade é de contracção, com o aumento da corrente emigratoria, retrocesso nos arroteamentos e descida do produto bruto. Deve notar-se ainda que a batata só aqui aparece nos primeiros anos do século xix, enquanto noutras zonas galegas tem já certa importância nos fins da centúria anterior (6).

Poderá o desenvolvimento da pecuária ter compensado, até certo ponto, a quebra da produção cerealífera? Em todo o caso, o A. lembra que, em termos gerais, ela foi considerada como o grande recurso económico dos lavradores do interior da Galiza, onde vastas zonas montanhosas e incultas facilitavam a sua manutenção. Vencendo as dificuldades das fontes, B. Barreiro tenta calcular o número de cabeças de gado e o correspondente em média a cada vizinho, assim como a proporção das várias espécies e os respectivos rendimentos. Apesar da limitada representação quantitativa, avulta o valor excepcional das muares, em manifesta relação com a actividade dos almocreves no comércio com Castela. Por outro lado, a crescente exportação de gados, ao longo do século xvm, para Portugal e várias regiões de Espanha, levou as autoridades, por diversas vezes, a tomar providências restritivas, o que é um sintoma do seu volume e importância ⁽⁷⁾.

(5) A introdução e difusão do mais na Galiza têm sido estudadas, nos últimos anos, por vários historiadores da escola de Santiago. Limitamo-nos a citar o trabalho mais recente e que também nos parece o mais importante: José M. Pérez García, *Aproximación al estudio de la penetración del maíz en Galicia*, in *La Historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos*, dir. por A. Eiras Roel, Santiago, 1981, pp. 117-159.

(6) Principalmente em algumas regiões montanhosas e mais pobres do interior (Cfr. J. M. Pérez García, *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera: la Península del Salnés*, Santiago, 1979, pp. 180-182; P. Saavedra, *Economía rural antigua en la montaña lucense. El concejo de Burón*, Santiago, 1979, pp. 45-47).

(7) Ver, sobre este ponto: A. Meijide Pardo, *Aspectos del comercio gallego de exportación a Portugal en el siglo XVIII*, in *Actas* (cit. na n. 4), vol. III, pp. 807-818.

O papel capital da pecuária nesta economia aparece-nos também no direito de compáscuo: levantadas as colheitas nos campos abertos de cereais, os vizinhos podiam fazer entrar neles os seus rebanhos para pastarem. Esta forma de aproveitamento colectivo manteve-se até ao século xx, dando-lhe os camponeses o nome de *derrota de mieses*. Permanência que não foi sem conflitos, quando a difusão do milho grosso veio alterar o ritmo da vida agrícola. Conseguida a sua integração, nem por isso deixaram de se enfrentar os interesses do individualismo agrário (em geral representados por grandes e médios proprietários) e os da conservação dos antigos usos comunitários. A luta assumiria mesmo novas formas, à volta da tapagem dos campos abertos e da utilização dos baldios, mas o colectivismo agrário, embora cada vez mais limitado, sobreviveu até ao nosso tempo. Com um hábil aproveitamento das fontes disponíveis consegue ainda o A. dar-nos as linhas de tendência secular da pecuária e estabelecer as suas correlações com a agricultura.

Agricultura a que estava intimamente ligado, em Xallas como em tantos outros lados, um conjunto de actividades complementares. O seu estudo exige que não se esqueça o carácter simplificador (e portanto deformador) das classificações dos censos oficiais, a pedirem a correcção de outras fontes. Todos os habitantes da região eram, em maior ou menor grau, lavradores, mas muitos recorriam ainda a outros meios de subsistência e nem sempre é fácil dizer qual a actividade principal, sendo de notar, por outro lado, nesta zona de minifúndio, a ausência praticamente total de jornaleiros agrícolas, no sentido clássico da expressão.

A seguir à agricultura, o segundo lugar no campo das profissões era ocupado pelo ofício de almocreve; é certamente bem significativo o facto de L. Labrada escrever (1804) que os habitantes de Xallas se dedicavam «al transporte de frutos por el Reino». Eram realmente arrieiros 14,7% dos vizinhos (uma forma de obtenção de numerário), mas 10,7% trabalhavam também como lavradores. Transportavam geralmente cereais, sal, vinho, carvão e areia das praias (para correcção das terras compactas). Uma actividade de pobres, pouco lucrativa e servindo de mero complemento à agricultura.

Para além destes, encontramos ainda mais alguns ofícios, com ou sem apoio agrícola, dedicados a uma produção artesanal e familiar de peças de vestuário, calçado, objectos de uso caseiro. Afinal, e apesar de todas as limitações, uma certa diversificação laboral, sob

o predomínio das necessidades da vida agrária, à qual voltamos, com o A., para falar do regime da propriedade e de participação nas rendas.

Não obstante o «confusionismo» de grande parte das fontes utilizáveis, a reflectir, sem dúvida, o existente entre os próprios interessados, consegue B. Barreiro dar-nos um quadro do que chama «repartição da propriedade», mas que é antes a divisão da terra pelos lavradores tendo em conta as diferentes situações jurídicas destes em relação àquela. Aparecem em primeiro lugar os foreiros (46%), seguidos dos rendeiros (35,5%), enquanto os plenos proprietários têm limitada representação (2,8%). A realidade, porém, era mais complexa, graças à difusão do subaforamento e do subarrendamento, que faziam beneficiar sobretudo das rendas da terra a pequena nobreza e a burguesia. Assim, no quadro da participação por estamentos, encontramos à frente a «fidalguia aburguesada» (35,4%), em segundo lugar o clero (31,8%), depois o povo (24,1%) e por fim a nobreza titular (8,6%).

Acabamos de aludir ao subaforamento e subarrendamento, muito importantes na região de Xallas e, por isso, objecto de estudo pormenorizado de B. Barreiro (8). Nestes casos, o foreiro (geralmente um nobre, eclesiástico ou burguês) não cultivava a terra de que tinha o domínio útil e cedia-a por aforamento ou arrendamento ao verdadeiro agricultor, tirando da sua situação de intermediário elevados lucros. O processo era conhecido em Xallas desde 1560, pelo menos, mas veio depois a proliferar, tornando-se florescente no século xvm. O A. mostra-nos «a escalada da burguesia e da fidalguia à propriedade ou utilidade da terra até alcançar o seu controle» e as circunstâncias que conduziram ao subaforamento e a práticas próximas, como a «cessão» e o «acolhimento».

Esta orientação dos referidos sectores sociais suscitou naturalmente problemas com os senhorios, detentores do domínio directo, aos quais chegaram a negar o direito de aumentar as pensões, reservando-o para si próprios, com o argumento de que o foro pago ao senhorio não tinha relação nenhuma com o lucro, mas apenas com o reconhecimento do domínio. Consideravam-se «os verdadeiros e

(8) Desde 1969, por mais de uma vez, A. Eiras Roei pôs em foco o papel do subaforamento na vida rural galega : *Un vecindario de población y estadística de la riqueza de Galicia en el siglo XVIII. Modelo metodológico para su estudio*, Madrid, 1969, pp. 520 e 526, e *Prólogo* a M.^a del Carmen Quintáns Vázquez, *El dominio de San Martín Pinario ante la desamortización*, Santiago, 1972, pp. 10-16.

únicos donos da terra como bens rentáveis, reservando a Mosteiros e Títulos o conceito de propriedade». Assim se compreende que, enquanto alguns senhorios recebiam um foro insignificante, certos intermediários, na região estudada, chegavam a obter lucros que ultrapassavam os 600%.

O estudo minucioso e aprofundado desta problemática levou B. Barreiro a esclarecer duas questões até então sujeitas a interpretações equivocadas: a do chamado «despojo» (expulsão) de lavradores pelo senhorio, de que não encontrou nenhum caso em mais de 200 contratos ou processos consultados, porque o que efectivamente se pretendia, expiradas as *vidas* convencionadas, era o reconhecimento do domínio e a renovação; e, por outro lado, o sentido da célebre *pragmática* da perpetuação de foros (1763), geralmente considerada uma medida de apoio aos camponeses, mas que na realidade representou uma vitória da «fidalguia aburguesada» em relação àqueles e também aos senhorios, de acordo, aliás, com o ambiente e a mentalidade da época e da direcção do Estado, que, no plano social, favoreciam a ascensão da burguesia ⁽⁹⁾.

Para o A., «a estrutura económica é a determinante da subdivisão [?] de classes» e como esta gira em torno da propriedade da terra nos seus diversos graus, o conhecimento da propriedade e das suas dimensões levar-nos-á ao da estratificação social. A este tema — o da sociedade rural — é dedicado um dos mais extensos e importantes capítulos do livro.

⁽⁹⁾ Se «Xallas no século xvm é um mundo de camponeses subforeiros ou sub-rendeiros» (B. Barreiro, p. 511), deve notar-se que estas situações aparecem em menor escala noutras zonas da Galiza (Cfr. J. M. Pérez García, *Un modelo de sociedad rural*, cit., pp. 324-330; A. Eiras Roel, *La economía española en la época de los Austrias: un intento de actualización hisfonográfica*, sep. de *Hispania*, Madrid, s.d. (1981), p. 441). Quanto a Portugal, o fenómeno dos lavradores-intermediários no Alentejo do Antigo Regime foi muito bem estudado por Albert Silbert (*Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e-début du XIX^e siècle*, vol. II, Paris, 1966, pp. 756-762, 779-783, 787-793, 839-842, 1037-1038), mas a sua afirmação de que no Centro e Norte do País o enfiteuta era um pequeno agricultor (*ibid.*, p. 842) nem sempre corresponde à realidade. Em relação ao Centro litoral no século xvm conhecemos bastantes casos de subenfiteuse e portanto de foreiros-intermediários. Para o Minho ver Aurélio de Oliveira, *A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (Séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas*, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, Lisboa, Julho-Dez. 1980, p. 13.

Embora julgue perigoso tentar uma classificação social que corresponda à realidade, por não estarem bem definidos os limites de cada grupo, mas entendendo não ser totalmente aplicável o modelo clássico dos três estados, considera B. Barreiro mais adequada a divisão entre o povo, por um lado, e, por outro, os estratos abrangidos na designação de «*élite social*» (clero e fidalguia aburguesada).

O povo, na região estudada, era constituído sobretudo por lavradores, embora não seja fácil, como já sabemos, delimitar este conceito. Com as reservas que tal facto implica, o A. calcula que, em meados do século xviii, a percentagem de «lavradores», com ou sem outro ofício, correspondia a 86%, sendo de 89,6% em 1787. Depois de estabelecer um critério para a distinção, à escala regional, entre grandes, médios e pequenos lavradores, inclui no primeiro grupo 6,5% do total, no segundo 13,3% e no último 80,1%. Se os grandes dispunham de excedentes vendáveis, os pequenos eram mais ou menos deficitários e as subidas cíclicas de preços, as sazonais e as de longa duração acumulavam-se contra eles. Desde 1750 tornou-se geral, em Xallas, o endividamento dos pagadores de rendas, agravado por crises agudas como a de 1768-69, com insolvência, abandono de terras e aumento da corrente emigratoria.

Quanto à *élite social* constituída pelo clero e a fidalguia aburguesada, pode dizer-se que revela «uma grande coesão na defesa dos seus interesses comuns». O clero local não diminui em número pelo menos até 1787 e, nas suas preocupações sócio-económicas, vive muito ligado ao grupo social de que procede em grande maioria (80% dos párocos). A maior parte dos seus representantes são filhos segundos da pequena nobreza, em cujas mãos está a apresentação dos benefícios. Os párocos, envolvidos numa «atmosfera de certo respeito», vivem, em geral, com desafio, embora se notem desigualdades.

Por seu lado, a «fidalguia aburguesada» tende a fundir, através de casamentos, «a pequena nobreza sem título mas apoiada economicamente numa riqueza adquirida e a burguesia com um ideal de riqueza em movimento», assim como os respectivos estilos de vida. Segundo B. Barreiro, este comportamento parece corresponder ao mesmo dinamismo que faz da burguesia uma *ordem* [?] partindo da camada superior do povo e que propende a constituir-se em *classe*, tomando disso consciência e procurando a ascensão e ulterior assimilação à classe superior, a que vai injectar nova seiva. São consideráveis os recursos

económicos deste grupo, provenientes da agricultura, dos cargos administrativos e da especulação sobre as rendas decimais e senhoriais ⁽¹⁰⁾.

Por fim, urna breve alusão à nobreza titular, que não vivia na região, mas fazia sentir a sua influência ao controlar grande parte das nomeações do clero paroquial.

Se a Galiza era um país rural, também era «um país senhorial em maior medida que nenhum outro da península» ⁽ⁿ⁾. E Xallas não escapava à regra. Importava, pois, ver a região nesta perspectiva e B. Barreiro não deixou de o fazer, dedicando bastantes páginas ao regime senhorial e às suas implicações administrativas e económico-sociais.

Era senhor da jurisdição o arcebispo de Santiago, com atribuições jurisdicionais, militares e fiscais, que lhe permitiam cobrar toda uma série de *direitos*, de natureza nem sempre muito clara, dada a contaminação da terminologia feudal e da relacionada com os contratos agrários. Parece, no entanto, que a renda puramente senhorial se simplificou e tornou mais leve durante o século XVIII. Mas será necessário confrontar esta conclusão com os resultados de outros estudos regionais, para ver até que ponto ela é ou não confirmada num âmbito mais vasto. Certo é que não se encontram em Xallas corveias, peagens e direitos banais, nem indícios de «reacção senhorial», apesar da actuação dos rendeiros ou contratadores, pertencentes à fidalguia aburguesada, que procediam em proveito próprio, à margem das intenções dos senhores.

O livro termina com o estudo dos preços (trigo, centeio e gado) na longa duração e nos movimentos cíclicos. Esta análise mostra que eles correspondem a uma economia de mercado sem influência decisiva

⁽¹⁰⁾ Ao falar de ordens e classes diz o A. : «No sabemos por cual decidimos aun conscientes de la transcendencia que encierran tales conceptos» (p. 583). Talvez se compreenda esta hesitação perante a complexidade do meio social estudado e dos laços e interferências dos grupos que o constituem. Deve ter razão Pierre Goubert: «La réalité rurale des siècles anciens contient beaucoup plus de choses que n'en a imaginées notre pauvre pensée catégorielle, déformée par le Code civil, par un enseignement trop simplificateur, et par le goût du verbiage à effets» (*Les campagnes françaises*, in *Histoire économique et sociale de la France*, dirig. por F. Braudel e E. Labrousse, t. II, Paris, 1970, p. 134). Do mesmo autor e no mesmo sentido: *Clio parmi les hommes*, Paris, 1976, pp. 281-293, 305-306.

⁽ⁿ⁾ A. Domínguez Ortiz, *Sociedad y Estado en el siglo XVIII español*, Madrid, 1976, p. 139.

nas pequenas áreas de autoconsumo, como é este núcleo interior rural de Xallas. Verifica-se a existência de uma «insolidariedade» entre preços e demografia e entre preços e produção dentro da própria região. A alta dos preços encerra aqui contracção demográfica e da produção, o que equivale ao endividamento progressivo das camadas populares, fundamentalmente dos lavradores. Estes recorrem à venda de terras ou à de rendas sobre as mesmas, já que os censos «al quitar» não lhes são acessíveis e aparecem como privilégio da fidalguia aburguesada, que é quem compra as rendas (mais uma actividade especuladora deste grupo intermediário). Pelo mesmo motivo, o endividamento na segunda metade do século xvm aumenta a dispersão da população, no duplo aspecto profissional e geográfico (emigração).

Tais são, ou nos parecem ser, de uma forma extremamente condensada, as linhas fundamentais desta vasta obra, de cuja riqueza apenas demos, certamente, uma pálida ideia. Trabalho de profunda investigação e de permanente reflexão pessoal sobre os dados e os problemas, talvez só um pouco prejudicado por certa prolixidade, a nosso ver evitável. Com uma redacção mais sintética, bastantes páginas ganhariam em limpidez e clareza, sem perda de rigor científico.

Fechado o volume, algumas dúvidas e interrogações ficam no espírito do leitor, mas isso é natural e importa sobretudo lembrar as dificuldades que o A. teve de vencer e os numerosos problemas que conseguiu resolver, num domínio onde eles são, com frequência, extremamente complexos. Assim pôde chegar a conclusões muito interessantes e em certos pontos até inovadoras.

A este estudo pioneiro outros se seguiram e se publicaram ou vão ser publicados, por obra dos historiadores «modernistas» de Santiago, iluminando cada vez melhor o passado rural galego e permitindo comparações fecundas (inclusive com o Norte de Portugal). Como bem diz o Prof. Eiras Roei, «uma séria história rural da Galiza começa a fazer-se realidade pelo esforço conjunto desta equipa de investigadores». Para essa história é contributo fundamental o presente livro.

Luís FERRAND DE ALMEIDA